

*A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO BARREIRO/RS, APROVOU NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2020, O SEGUINTE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, COM A REDAÇÃO QUE SEGUE.*

**PROJETO DE LEI 69, DE 30 DE OUTUBRO DE 2020.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE NOVO BARREIRO PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I  
Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 22.830.000,00 (vinte e dois milhões oitocentos e trinta mil, reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>RECURSOS LIVRES</b>	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.588.680,00</b>	<b>12.630.100,00</b>	23.218.780,00
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	792.800,00	431.800,00	1.224.600,00
Receita de Contribuições	210.000,00	770.000,00	980.000,00
Receita Patrimonial	10.600,00	1.113.300,00	1.123.900,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	593.550,00	0,00	593.550,00
Transferências Correntes	8.857.630,00	10.283.700,00	19.141.330,00
Outras Receitas Correntes	124.100,00	31.300,00	155.400,00
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>35.000,00</b>	<b>556.420,00</b>	591.420,00
Operações de Crédito Internas	0,00	433.500,00	433.500,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	31.000,00	110.000,00	141.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	12.920,00	12.920,00
Amortização de empréstimos	4.000,00	0,00	4.000,00
<b>7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>1.868.500,00</b>	1.868.500,00

Receita de Contribuições – Intraorç.	0,00	1.868.500,00	1.868.500,00
Receita Patrimonial – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
			0,00
<b>8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	0,00
Alienação de Bens – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital – Intraorç.	0,00	0,00	0,00
			0,00
<b>9 – DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(19.260,00)</b>	<b>(2.829.440,00)</b>	-2.848.700,00
.....			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.604.420,00</b>	<b>12.225.580,00</b>	22.830.000,00

## Seção II

### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 22.830.000,00 (Vinte e dois milhões, oitocentos e trinta mil reais), sendo:

- I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 15.440.665,00 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e sessenta e cinco reais)
  
- II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 7.389.335,00 (sete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais);

**Art. 5º** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

<b>GRUPO DE DESPESA</b>	<b>RECURSOS LIVRES</b>	<b>RECURSOS VINCULADO S</b>	<b>TOTAL</b>
<b>3. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.673.650,00</b>	<b>9.769.591,25</b>	18.443.241,25
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.553.000,00	6.289.700,00	9.842.700,00
3.1 - Pessoal e Encargos Social Operações Intraorçamentárias	737.000,00	713.000,00	1.450.000,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	80.000,00	0,00	80.000,00
3.3 Juros e encargos da dívida Operações intraorçamentárias	75.500,00	0,00	75.500,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	4.228.150,00	2.766.891,25	6.995.041,25
3.3 - Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
<b>4. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>648.738,75</b>	<b>614.520,00</b>	<b>1.263.258,75</b>
4.1 – Investimentos	220.738,75	614.520,00	835.258,75
4.1 – Investimentos – Op.Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
4.2 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
4.2 – Inversões Financeiras – Op.Intraorçamentárias.	0,00	0,00	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	85.000,00	0,00	85.000,00
4.3 – Amortização da Dívida – Op.Intraorçamentárias.	343.000,00	0,00	343.000,00
9.9 - Reserva de Contingência	407.000,00	0,00	407.000,00
9.9 – Reserva de Contingência do RPPS	0,00	2.716.500,00	2.716.500,00
			0,00

TOTAL	9.729.388,75	13.100.611,25	22.830.000,00
-------	--------------	---------------	---------------

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº \_\_\_\_/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### Seção III

#### Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 5% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto no art. 8º da Lei Municipal Nº \_\_\_\_ /2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021;

b) incorporação de superávit financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço; e

c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 10 % de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Para fins da alínea b do inciso I do caput, também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, os recursos que forem gerados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 8º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 20 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

Art. 10 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no inciso art. 1º, Parágrafo Único, I, “a”, da Lei **Municipal Nº \_\_\_\_\_ /2020**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário e nominal, apurados pela metodologia acima da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13. O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Novo Barreiro, RS, Sala da Presidência, aos 23 dias do mês de Dezembro de 2020.**

**Anderson Ramos Saggiorato**  
**Presidente do Legislativo Municipal**